

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Muniz Freire/ES

Entidade: Município de Muniz Freire/ES

Gestor responsável: Carlos Brahin Bazzarella

Exercício: 2019

INTRODUÇÃO:

O presente relatório compõe a Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Muniz Freire/ES, relativo ao exercício supramencionado, conforme disposto no artigo 3º, §3º da Resolução 227/2011 e na Instrução Normativa nº 043/2017.

O objetivo principal do Relatório de Atividades do Órgão Central de Controle Interno é demonstrar os pontos de controle analisados, os procedimentos de controle adotados, bem como as constatações e proposições sugeridas, visando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Segue abaixo relação dos pontos de controle objeto de análise desta Controladoria:

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA:

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.1.1	Prestação de contas anual – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	Documentação que compõe a PCA.
1.1.2	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Balancete da execução orçamentária da despesa.

1.2. Gestão patrimonial:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.2.1	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	-Relatórios de dívida ativa e relatórios dos débitos em execução fiscal fornecidos pelo Setor de Tributação. -Demonstrativo da dívida tributária e não tributária e Quadro auxiliar ao demonstrativo da dívida ativa.

1.3. Limites constitucionais e legais:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
1.3.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
1.3.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo de despesas liquidadas no ensino e Parecer do conselho de fiscalização.
1.3.3	Educação - Pertinência	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da LDB, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo de despesas liquidadas no ensino e Parecer do conselho de fiscalização.
1.3.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
1.3.5	Saúde – pertinência	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo de despesas liquidadas em ações e serviços públicos de saúde e Parecer do conselho de fiscalização.
1.3.6	Despesas com pessoal – abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Relatório de Gestão Fiscal.
1.3.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Relatório de Gestão Fiscal.

1.3.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	- Lei Municipal nº 1.542/1999 - Lei municipal nº 2.598/2019 - Processos nº 123, 220, 251, 252, 253, 266, 388, 485, 530, 612, 702, 715, 862, 913, 932, 944, 953, 971, 1068, 1069, 1088, 1131, 1186, 1222, 1316, 1407, 1480, 1571, 1572, 1636, 1698, 1817, 1866, 1935, 2104, 2501, 2712, 2750, 2936, 2937, todos do exercício de 2019.
1.3.9	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Relatório de Gestão Fiscal.
1.3.10	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Relatório de Gestão Fiscal e Decretos Municipais.
1.3.11	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	- Lei Municipal nº 1.542/1999 - Lei municipal nº 2.598/2019 - Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) - Processos nº 123, 220, 251, 252, 253, 266, 388, 485, 530, 612, 702, 715, 862, 913, 932, 944, 953, 971, 1068, 1069, 1088, 1131, 1186, 1222, 1316, 1407, 1480, 1571, 1572, 1636, 1698, 1817, 1866, 1935, 2104, 2501, 2712, 2750, 2936, 2937, todos do exercício de 2019.
1.3.12	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram aos dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Balancete da execução orçamentária da despesa e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
1.3.13	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Relatório de Gestão Fiscal.
1.3.14	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Relatório de Gestão Fiscal.

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR:

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea <i>b</i> do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “c”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.8	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.9	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações.
2.1.10	LOA – demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO), bem como suas alterações.

	objetivos e metas da LRF.		estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	
2.1.11	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II.	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.1.12	LOA – reserva de contingência	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO), bem como suas alterações.
2.1.13	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO), bem como suas alterações.
2.1.14	LOA – vinculação de recursos.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.1.15	LOA – programação financeira e cronograma de desembolso.	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Decreto Municipal nº 5.937/2013 e 7.933/2019.
2.2.2	Instituição, previsão e execução de receitas.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.	Legislação Tributária, Balanço Orçamentário, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Relatórios de dívida ativa e relatórios dos débitos em execução fiscal.
2.2.3	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de	Legislação Tributária.

			diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	
2.2.4	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Legislação Tributária.
2.2.5	Renúncia de receitas – legislação específica	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.	Legislação Tributária.
2.2.6	Renúncia de receitas – resultados	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto socioeconômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	Legislação Tributária.
2.2.7	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. / Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	Legislação Tributária.
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO) e Lei Municipal nº 2.521/2017 (PPA), bem como suas alterações, e Balancete da execução orçamentária da despesa.
2.2.9	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Balancete da execução orçamentária da despesa.

2.2.10	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Balancete da execução orçamentária da despesa.
2.2.11	Execução de despesas – vinculação	CRFB/88, art. 167, inciso IV.	Avaliar se houve vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	Balancete da execução orçamentária da despesa.
2.2.12	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo dos créditos adicionais e Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.2.13	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Decretos Municipais.
2.2.14	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	Demonstrativo dos créditos adicionais e Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.2.15	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.2.16	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Não houve instituição de fundos de qualquer natureza durante o exercício de 2019.
2.2.18	Créditos extraordinários – abertura	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo dos créditos adicionais e Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA), bem como suas alterações.
2.2.19	Execução da programação financeira de desembolso.	LC 101/2000, art. 8º. / Lei Municipal nº 2.476/2016 – LOA.	Avaliar a execução da programação financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Balancete da execução orçamentária da despesa e Balanço orçamentário.
2.2.20	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévia emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF	Lei Municipal nº 2.470/2016, Portal da Transparência, publicações no quadro de avisos do Município (art. 82, da Lei Orgânica), bem como o sítio eletrônico oficial do Município: (http://munizfreire.es.gov.br/portal/)
2.2.21	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira,	Lei Municipal nº 2.470/2016 e Portal da Transparência, bem como o sítio eletrônico oficial do Município: (http://munizfreire.es.gov.br/portal/)

			observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	
2.2.22	Transparência na gestão – prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Lei Municipal nº 2.470/2016, Portal da Transparência, publicações no quadro de avisos do Município (art. 82, da Lei Orgânica).
2.2.23	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
2.2.24	Limitação para custeio de despesas	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Lei Municipal nº 2.583/2018 (LOA) e Lei Municipal nº 2.578/2018 (LDO), bem como suas alterações.
2.2.25	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Legislação Tributária Municipal.
2.2.26	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Decretos Municipais nº 5.937/2013 e 7.933/2019.

2.3. Gestão Patrimonial:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Fonte de análise
2.3.1	Evidenciação de resultados – consolidação	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	Documentação que compõe a PCA.

2.4. Limites constitucionais e legais:

Código	Objeto/Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle
2.4.1	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.2	Dívida pública – evidenciação no RGF	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão	Relatório de Gestão Fiscal.

			Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	
2.4.3	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.4	Operação de crédito – instituição financeira controlada	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.5	Operação de crédito – instituição financeira controlada	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.6	Operação de crédito – vedações	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.7	Operação de crédito – vedações	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.8	Operação de crédito – despesas de capital	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício Financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.9	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.10	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.11	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Relatório de Gestão Fiscal.

2.4.12	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias – limite	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.13	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.14	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Relatório de Gestão Fiscal.
2.4.15	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	Relatório de Gestão Fiscal.

AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Cumprir informar que não foram realizadas auditorias, uma vez que o órgão de central de controle interno, até a presente data, é composto apenas pela Controladora Geral. O artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310/2013 fixou o prazo de 02 anos para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno, o que não ocorreu devido ao alto índice de gasto com pessoal que impede o Município de realizar concurso público.

Desta forma, tornou-se totalmente impossível a realização de auditorias, uma vez que todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaíram apenas sob a pessoa da Controladora Geral.

Diante da impossibilidade de realização de auditorias, esta Controladoria usou como meios de controle a análise dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), Balancetes, Balanços, demonstrações contábeis em geral, Processos Administrativos e Legislações Municipais, com posterior emissão de Relatório de Controle Interno apontando suas conclusões da referida análise. No que diz respeito a análise dos pontos de controle acima mencionados, importa destacar que foi constatada as irregularidades abaixo discriminadas:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.7	Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF não foram observados.	Emissão de Relatórios de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências para a adequação do limite de gasto total com pessoal estabelecido pela LRF.	Os limites de gasto com pessoal permanecem acima dos estabelecidos pela LRF, atingindo o percentual de 59,66%.
1.3.9	As despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e a vedação previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos IV, da LRF não foi observado.	Emissão de Relatórios de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências para a adequação do limite de gasto total com pessoal estabelecido pela LRF.	Os limites de gasto com pessoal permanecem acima dos estabelecidos pela LRF, atingindo o percentual de 59,66%.

2.2.19 2.2.26	Déficit orçamentário	Emissão de Relatório de Controle Interno destinado ao Prefeito Municipal, alertando sobre a irregularidade e solicitando providências.	Houve déficit orçamentário em relação a receita arrecada e a despesa executada na ordem de R\$ 1.470.932,75 (hum milhão, quatrocentos e setenta mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos).
2.2.21	As informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira são divulgadas no portal da transparência, porém, a divulgação não ocorre em tempo real.	Emissão de Relatório de Controle Interno destinado ao Prefeito Municipal, alertando sobre a irregularidade e solicitando providências para a efetiva transparência na execução orçamentária e financeira.	A Lei Municipal nº 2.470/2016 (Lei Municipal de Acesso à Informação) foi alterada com objetivo de indicar os responsáveis pela inserção no Portal da Transparência do Município das informações exigidas por lei. Os servidores estão sendo conscientizados e treinados para realizarem a divulgação em conformidade com a lei.

Em relação aos demais pontos de controle não foram constatadas irregularidades, uma vez que as atividades foram pautadas no princípio da legalidade, com resultados positivos quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Muniz Freire/ES, 20 de março de 2020.

FABÍOLA ALVES LOPES

Controladora Geral do Município
Decreto n. 7.078/2017